

ACORDO MEC/ USAID: ALGUNS ASPECTOS QUE ESTRUTURAM A FORMAÇÃO DO ENSINO BÁSICO, FUNDAMENTAL E SUPERIOR NO BRASIL.

Proença, Kátia Aparecida Poluca¹; Soares, Sandra Schmidt²; Alves, Antônio Maurício Mendes³; Denise Nascimento Silveira⁴

¹UFPEL1 – katita.poluca@yahoo.com.br 1

²UFPEL – sandralu8@gmail.com 2

³UFPEL – Alves.antonioauricio@gmail.com 3

⁴UFPEL – silveiradenise13@gmail.com 4

1. INTRODUÇÃO

Quando refletimos sobre pesquisas realizadas, no âmbito de qualidade de ensino- aprendizagem, que os alunos do ensino fundamental e médio, demonstram, percebemos o quão baixo é o nível de assimilação e aquisição dos conteúdos por esses alunos. Ou seja, quando completam, o ensino os alunos saem da escola com pouco ou nenhuma estrutura íntegra de aprendizagem, tornando-se dessa forma desqualificados e despreparados para as funções que desempenharão no futuro.

Esse fato, no entanto, não é exclusivo do ensino fundamental e médio, podendo ser evidenciado pela avaliação realizada pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura) no último ano do ensino superior. Isso mostra que a educação, hoje, desde o ensino fundamental até o ensino superior está voltada para a formação cultural de uma elite, comprometendo com isso a formação dos cidadãos. Proponho apresentar aqui a fase inicial do projeto que pretendo desenvolver no curso de especialização de Matemática com ênfase em Educação.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é bibliográfica, a qual faz parte da investigação história, sociologia, filosófica da análise da estruturação do ensino no Brasil. A estratégia de ação que caracteriza a pesquisa é uma reconstrução de síntese das múltiplas relações das diversas etapas da constituição do ensino, proporcionando um desdobramento do conjunto de categorias utilizadas, a análise de conceitos-chave tornarão possível compreender mais precisamente o vigor de cada um na construção do pensamento educacional como um todo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando a constituição da educação no Brasil, nos deparamos com as questões que envolve o descobrimento desse país pelos portugueses, os quais nunca se preocuparam com a educação da colônia. Isso ocorreu porque a colonização no Brasil foi de exploração de matérias – primas, não interessando para a elite portuguesa a difusão do ensino no Brasil Colônia. Uma das poucas iniciativas na área veio dos jesuítas, em 1549 que foi marcado por um intenso sentimento religioso propagando à fé cristã.

Em 1822 com a independência ocorreram inúmeras mudanças em diversas áreas da política, inclusive no âmbito educacional. A Constituinte de 1823 a

educação foi associada a apoio universal e educação popular². No ano de 1824 a nossa primeira constituição inspirou a ideia de um sistema nacional de Educação, o império possuiria escolas primárias, ginásios e universidades, o que na prática infelizmente não aconteceu, pois foi adotado o “método Lancastriano de ensino”.³

Nota – se claramente que o objetivo educacional, com a criação de escolas primárias, ginásio e superior, é voltado unicamente para a formação de uma elite aristocrática. Contudo esse movimento educacional proporcionou uma revolução cultural tímida, mas progressiva, que impôs novos hábitos à colônia, pensamentos e comportamento de ações da Europa do século XIX.

Com isso o ensino superior no Brasil foi caracterizado por modelos isolados e de natureza profissionalizante os quais pretendiam atender somente filhos de aristocratas da colônia que não podiam sair do Brasil por causa do bloqueio de Napoleão Bonaparte. Isso marcou de forma contundente o ensino superior e explica a maioria das distorções que marcam o atual sistema de educação superior.

Mesmo com a Proclamação da Independência, o crescimento do ensino superior não saiu do papel. Novas escolas de nível superior apareceram até 1889 e formaram pessoas qualificadas para sustentar as elites aristocráticas no poder. O modelo de escola não sofreu muitas alterações em sua estrutura nem mesmo com o surgimento da República, cujo objetivo educacional passou longe de uma educação autônoma e emancipada como era o ideário Europeu.

A partir de 1920 o Brasil começa a se repensar no panorama econômico – cultural e político, e assim a educação foi idealizada sob a forma do Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico, foram realizadas inúmeras reformas na estrutura do ensino primário e surgiu a primeira grande geração de pensadores, com a proposta da “Escola Nova” a qual redefiniu o papel do Estado em relação à educação.

O “manifesto de 1932” lutou contra a “escola tradicional” e defendeu a “escola socializada”, ou seja, a escola “reconstituída sobre a base das atividades e da produção, em que se considera o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana”. Assim organizada, a escola poderia “restabelecer entre os homens o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação”, realizando uma “profunda obra social que ultrapassa o quadro estreito dos interesses de classes.” (GHIRALDELLI, pg. 43).

Os pioneiros também defendiam a educação pública, obrigatória e gratuita, e designava ao Estado a responsabilidade de educar o povo, que a princípio era atribuição da família. O Estado tinha a obrigação de proporcionar escola de qualidade e gratuita, garantindo o direito biológico dos indivíduos à educação, e dando oportunidades iguais a ambos os sexos e diferentes crenças religiosas e camadas sociais. Já o ensino superior, era disposto apenas de uma Reitoria e de um Conselho. Este modelo de universidade, na qual os cursos são isolados e ligados a

² A educação popular expressa nesse período se difere e muito com os conceitos que utilizamos atualmente, pois nesse período no Brasil, só era considerado cidadão os portugueses do sexo masculino, branco, livres e ricos. As mulheres, escravos, imigrantes, índios e homens livres sem dinheiro, não faziam parte da preocupação do governo da época.

³ [...] “Lei de outubro de 1827, por tal método, o ensino acontecia por “ajuda mútua” entre os alunos mais adiantados e alunos menos adiantados. Os alunos menos adiantados ficam sob o comando de alunos – monitores, e este, por sua vez, eram chefiados por um inspetor de alunos (não necessariamente alguém com qualquer experiência com magistério) que se mantinha em contato com o professor. Tal situação revelava, então, o número insuficiente de professores e de escolas, e, é claro, a falta de uma organização mínima para a educação nacional “(GHIRALDELLI, pg. 28- 29).

uma Reitoria se tornou a base de muitas universidades brasileiras que constituem instituições agregadas e não integradas, com exceção da USP – Universidade de São Paulo – que surgiu a partir da Revolução constitucionalista de 1932.

A Carta Magna de 1937 impôs ao país, como ordenamento legal, que todos deveriam aceitar e não privilegiar a educação pública popular ao contrário das tendências democráticas da Carta de 1934 e faz com que o estado abra mão da responsabilidade da educação pública.

A educação do Estado Novo tem o objetivo de habilitar o homem ao trabalho, enfatizando o trabalho como símbolo de desenvolvimento e harmonia nacional, com isso o Estado Novo pode garantir o fluxo de exploração capitalista. Nessa situação é criada a pedagogia do trabalho que se aproxima do senso comum dos operários e manipula a concepção de mundo a serviço da hegemonia do capital, considera KUENZER, 2002. Assim as configurações históricas do trabalho assumiram um caráter ideológico que distorcia da realidade do mundo do trabalho. Assim ele enfatiza que a educação é dirigida estando vinculada à ideologia de determinado grupo político e econômico da sociedade, neste caso ao capitalismo industrial.

O ensino superior é concretizado no Brasil em meio a essa situação sócio - política, e acabou sendo caracterizada por ser uma miniatura da sociedade global, altamente hierárquica, rígida e exclusiva, transformando assim a educação em fonte de poder, reproduzindo novamente os interesses das classes privilegiadas.

Na área da educação o governo militar fez os acordos internacionais MEC - USAID (Ministério de Educação e Cultura/ United States Agency for International Development), ou seja, deixou que técnicos norte – americanos analisassem e organizassem o sistema educacional do Brasil, dando poder de atuação em todos os campos educacionais, da administração e composição da gestão da nova escola brasileira.

O regime militar baseou – se nos acordos MEC – USAID (Ministério de Educação e Cultura/ United States Agency for international Development), o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e o Relatório Meira Matos para proclamar as Leis 5.540/ 1968 e 5.692/ 1971.

A lei 5.540/68 e o Decreto-Lei 464/69 promoveram a Reforma Universitária e a Lei 5.692/71 a reforma do Ensino de primeiro e segundo graus que tinha por objetivo básico o ensino profissional. As principais mudanças com a Lei 5.692/71 foram à extensão da obrigatoriedade escolar para oito anos, com a fusão dos cursos primário e ginásio extinguindo o exame de admissão; a introdução do ensino profissionalizante através dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT); e a implantação da profissionalização compulsória no ensino de segundo grau.

4. CONCLUSÕES

Com base nas pesquisas realizadas no âmbito educacional no período da Ditadura Militar, pode-se afirmar que foi uma fase antidemocrata da educação brasileira, caracterizada por leis e decretos cruéis, perseguições, mortes e exílios. Também ocorreram acordos entre o governo Militar e um instituto de pesquisa dos Estados Unidos da América para reformular a educação.

Os acordos firmados entre o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) e UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID), teve como objetivo modificar o currículo escolar no Brasil, de um modo que as pessoas fossem

formadas para trabalhar e aumentar a produção do país sem criticar as decisões dos governantes.

Para que esse projeto acontecesse os Estados Unidos da América assessoraram o Brasil e impuseram o ensino da língua inglesa na grade curricular desde o início do primeiro grau, retiram matérias fundamentais para formação de um cidadão crítico e ativo, como, por exemplo, filosofia e outras disciplinas, e ainda diminuíram a carga horária de outras disciplinas, como, por exemplo, História e Geografia.

Além disso, ainda, o ensino médio foi reestruturado para formar operários, o aluno ingressava no antigo colegial e saía com o diploma de técnico em contabilidade e outras profissões que na época necessitavam de mão de obra qualificada e barata, com isso o aluno não saía com a formação básica para ingressar em uma universidade que acabava se tornando um sonho inatingível.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JR, Paulo Ghiraldelli, História da Educação Brasileira, Editora Cortez, ano 2009, SP.

MISAEL, José [et al], Escola Publica e Sociedade, Editora Saraiva/ Atual, ano 2002, São Paulo.

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar. 18 ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2000.

FÁVERO, M. de L.. A universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação, 12º edição. São Paulo. Coleção Primeiros Passos, 1984.

KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Demerval. A Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2005.

REZENDE, Antonio Munis de. O saber e o Poder na universidade: dominação ou serviço. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 1987.